

Contra os ataques do governo e dos patrões, construir uma saída socialista dos trabalhadores

Estamos diante de um novo agravamento da crise econômica mundial, que tem seu centro nos Estados Unidos e em vários países da Europa, mas que tende a se fazer sentir também no Brasil.

O governo Dilma, alegando se preparar para a crise, ao invés de dar prioridade aos trabalhadores e pobres, privilegia os grandes empresários com isenções de impostos, empréstimos a juros baixos e obras de interesse deles. Mantém taxas de lucros nas alturas, não controla os preços e destina a maior parte do orçamento do Estado para o pagamento dos juros da Dívida Interna e Externa.

As medidas de redução dos gastos públicos no valor de R\$10 bilhões se somam ao corte de R\$ 50 bilhões anunciados no início do ano. Os cortes atingem investimentos em educação, habitação, saúde, entre outros serviços sociais. Ao mesmo tempo, o governo libera mais de um bilhão em emendas para os parlamentares. Já a corrupção, como sempre nos governos capitalistas, corre solta. Em nove meses de governo já caíram cinco ministros, mas há muito mais escondido.

A saída dos patrões e governo para responder à crise é o arrocho salarial e a super-exploração contra os trabalhadores do setor privado e do funcionalismo público. Os ataques têm crescido com a imposição de mais tarefas, ritmos e jornadas extenuantes de trabalho. Os míseros aumentos são absorvidos pela inflação. O endurecimento diante das greves e a intervenção dos tribunais tem sido as armas para reprimir as lutas.

Esse ataque permanente não poderia ser imposto sem a **colaboração dos partidos e centrais governistas**, que defendem e apóiam a ideologia burguesa de que para os trabalhadores terem migalhas, os patrões têm que ganhar bilhões.

Estes dizem que a única forma de gerar empregos e melhores salários é dando todas as condições para o capital se valorizar. Ao cumprir esse papel de gerente dos interesses do capital, as burocracias do PT, CUT, CTB e Força Sindical buscam assegurar para si uma parte maior de poder e privilégios. E buscam ajudar o governo a tranquilizar os trabalhadores, dizendo que o país está no caminho certo.

Mas a verdade é que a situação tende a se agravar

para os trabalhadores, pois o papel que o Brasil cumpre na economia mundial como exportador de matérias-primas, plataforma de montagem de produtos industrializados e o fato de depender de investimentos externos fazem com que o país tenda a sofrer impactos da crise, com uma redução do crescimento, estagnação da economia ou até mesmo uma recessão.

É por isso que os trabalhadores e a juventude, além das suas lutas imediatas, precisam colocar como tarefa a construção de alternativas políticas e direções que superem estes setores que falam em seu nome mas que de fato não contribuem para que suas lutas imediatas e históricas avancem.

IMPULSIONAR AS LUTAS PARA ALÉM DAS QUESTÕES IMEDIATAS!

Neste semestre importantes categorias estão em campanha salarial lutando pela recomposição salarial em um cenário inflacionário e ainda de relativo crescimento econômico. Ao mesmo tempo a juventude estudantil em todo o país protagoniza enfrentamentos com a política educacional e com a crescente criminalização de suas lutas. Precisamos encontrar formas de unificação das lutas para defender um programa que não se restrinja a reajustes salariais e as questões educacionais, da terra, etc.

Se depender da CUT e outras centrais pelegas e governistas, as lutas no segundo semestre serão derrotadas, pois essas centrais adaptaram-se aos interesses dos patrões do governo, preferindo acordos rebaixados e sem qualquer processo de mobilização, pois não querem que seu governo seja atingido.

Assim, é preciso que as campanhas, principalmente as das grandes categorias, incorporem pautas que enfrentem também os grandes temas nacionais. Não se pode deixar de fora a luta pelas condições de trabalho, pelo aumento do salário mínimo, pela ampliação significativa de investimento do PIB na Educação e também as lutas de setores precarizados e da juventude, que sofrem um nível altíssimo de exploração. Também são importantes a luta contra a terceirização, pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, o não

pagamento das dívidas externa e interna, reforma agrária e urbana radical.

As denúncias de corrupção também abrem espaço para a denúncia e para propostas concretas contra o atual regime e seus agentes. Assim, é preciso incorporar às campanhas salariais propostas como a prisão de todos os corruptos/corruptores e a expropriação dos seus bens.

É claro que não podemos lutar por bandeiras desta ordem sem que seja realizado um processo de mobilização que conte com a unidade de todos os setores em luta.

A recente marcha a Brasília que reuniu 20 mil pessoas foi um importante passo no sentido de unificar os trabalhadores em luta. Mas a questão é que se não avançarmos para patamares superiores de enfrentamento ao governo e aos patrões nenhuma das bandeiras levantadas serão conquistadas.

E esse fortalecimento passa necessariamente pela unificação das campanhas salariais no segundo semestre e pela construção de uma plataforma comum a partir das bandeiras específicas de mobilização.

Para isso se faz necessário além das estruturas formais dos sindicatos, das oposições e das centrais combativas, criarmos fóruns que unifiquem o conjunto do movimento neste segundo semestre.

Essa construção não pode ser realizada sem um amplo debate no interior das categorias mobilizadas e sem que haja uma articulação local, estadual e nacional dos que lutam.

O movimento social (sindicatos, movimentos populares e estudantil) deve pautar este tema em todas as suas lutas e mobilizações.

Nesse sentido, entendemos que é urgente que tanto a CSP-Conlutas quanto a Intersindical, que têm condições para isso, convoquem e organizem um **Encontro ou Plenária Nacional de Ativistas** para discutir e aprovar um calendário de lutas, um programa mínimo unitário e retomar a discussão sobre a construção de uma Nova Central unitária de luta dos trabalhadores.

UNIDADE DEVE SER PARA LUTAR E PELA BASE!

A unidade do campo antigovernista e sua independência das centrais pelegas é uma necessidade para que as lutas possam ser vitoriosas. Mas a unidade dos trabalhadores não pode estar subordinada ao controle desta ou daquela corrente.

Sem essa visão mais profunda, temos visto a esquerda se debater e se digladiar sem conseguir se unificar nem sequer em nível de vanguarda, como mostrou-se com a falência do CONCLAT em 2010.

Além disso, a unidade que devemos priorizar e desenvolver deve ser a unidade pela base, indo além das cúpulas das correntes organizadas e incorporando também os ativistas independentes.

AJUDAR OS TRABALHADORES A AVANÇAR EM SUA CONSCIÊNCIA E ORGANIZAÇÃO!

Vinculado às lutas, é preciso todo um trabalho de crítica e denúncia, uma verdadeira campanha de massas que revele e explique aos trabalhadores os vários aspectos problemáticos do modelo de exploração montado no Brasil, aspectos escondidos pela mídia burguesa e chame o conjunto dos trabalhadores à luta. Aqui vemos os limites tanto da CONLUTAS como da INTERSINDICAL, pois apesar de estarem no campo de luta e antigovernista, não impulsionam esse trabalho mais político e ideológico necessário e apontado acima. Não há campanhas políticas maiores, para elevar o nível de consciência e organização dos trabalhadores deixando-os assim à mercê da ideologia burguesa.

Não há materiais sistemáticos de nenhuma dessas centrais para serem distribuídos nas fábricas, universidades e estações, muito menos um trabalho com carros de som nos bairros, cartazes, campanhas pela internet, etc. E isso por responsabilidade de suas direções majoritárias (PSTU e PSOL).

Outro exemplo dessa intervenção limitada ao imediato e aos aspectos parciais está no lema que a CONLUTAS apresenta para as campanhas salariais do 2º semestre: *"Se o Brasil cresceu, trabalhador quer o seu!"*. O problema desse lema é que implicitamente rebaixa o horizonte das lutas dos trabalhadores à questão do salário, deixando de lado as demais condições de trabalho. Mais profundamente, esse lema não toca no projeto de exploração em curso no país, aplicado pela burguesia, o governo e a burocracia, se contentando em que os trabalhadores tenham uma parte um pouco maior.

Porém o acirramento da crise apresenta cada vez mais o desafio de que para se conseguir melhorias reais os movimentos dos trabalhadores devem enfrentar e quebrar a lógica capitalista do lucro. É preciso preparar os trabalhadores para essa realidade e para os novos desafios com uma atuação mais qualificada, ou seja, mais politizada!

Assim, vemos que faz falta um **partido/organização revolucionária** que se contraponha de modo profundo, sistemático e consequente à política e ideologia burguesa assumida e difundida pelos partidos reformistas (PT e PC do B) e defenda a unidade pela base dos movimentos/ativistas e por um poder dos trabalhadores, no sentido de uma transformação socialista.

A partir de discussões e acordos em vários pontos político-programáticos, as organizações **Espaço Socialista e Práxis/SoB** publicam esse manifesto. Nosso objetivo é contribuir com reflexões e propostas para as lutas desse 2º semestre dentro da nova realidade brasileira, a partir da recaída da crise do mundial do capitalismo